

- 1 DEZ 1984

O apertado calendário da renegociação

Sinda Est

O governo está correndo contra o relógio para conseguir, antes do fim de seu mandato, renegociar a dívida externa. Com efeito, antes de iniciar oficialmente a renegociação, terá de acertar com o FMI as grandes linhas da sétima carta de intenção, de apresentar e discutir sua proposta com o comitê de assessoramento dos bancos estrangeiros e, finalmente, de obter de umas oito centenas de bancos a aprovação do acordo. No País, alguns membros da oposição consideram que será muito difícil conseguir tudo isso até 15 de março e que, se tivesse sido menos ambicioso, o atual governo já teria firmado o acordo.

Para que se possa aquilatar do fundamento de tais críticas, é preciso avaliar os obstáculos a vencer. Naturalmente, o mais difícil é acertar os ponteiros com o FMI. O organismo internacional, zeloso de suas normas, quer que o Brasil defina os grandes parâmetros econômicos para 1985 e estabeleça os critérios quantitativos de avaliação para os dois primeiros trimestres do próximo ano. Poder-se-ia alegar que não compete ao atual governo fixar as metas correspondentes ao segundo trimestre, mas o FMI não aceita esse argumento e considera absolutamente

necessário ater-se aos procedimentos de praxe.

Convém esclarecer que o maior interessado em que o acordo seja firmado até 30 de junho é o próprio candidato da Aliança Democrática, que, no início de seu presuntivo governo, não tenciona enfrentar o problema da negociação com o FMI, ao qual se mostra particularmente sensível uma ala política que o está apoiando. O sr. Tancredo Neves prefere ficar diante do fato consumado, que, por força do Direito Internacional, irá respeitar, ainda que tenha de responsabilizar o governo anterior por haver estipulado ou aceitado normas demasiado rígidas. Cumpre acrescentar que o candidato da Aliança Democrática conta com um observador atento, que, com plena anuência do governo, acompanha o desenrolar dos entendimentos com o FMI, vantagem esta que se explica por suas ligações — sem compromissos — com o atual governo e pela certeza de que desempenhará função relevante no futuro governo.

Tudo indica que nos meados da próxima semana o Brasil terá chegado a um acordo com os economistas do FMI, acordo que não estará ainda consubstanciado no texto da sétima

carta de intenção, mas que permitirá ao diretor do organismo internacional, sr. Jacques de Larosière, manifestar-se a respeito e, na eventualidade de aprová-lo, comunicar ao comitê de assessoramento que lhe cabe iniciar as conversações com o governo brasileiro. Importa assinalar que o teor da carta de intenção e sua aprovação pelo Conselho de Administração do Fundo, que provavelmente só se dará em março, não retardará a renegociação com os bancos privados.

Pode-se calcular que, por volta de 14 de dezembro, o presidente do Banco Central, sr. Affonso Celso Pastore, estará em condições de apresentar oficialmente sua proposta ao comitê de assessoramento. Essa proposta será certamente ambiciosa, contendo algumas inovações que talvez venham a alterar o esquema atual de quatro programas em função da evolução da economia nacional, na qual o comércio exterior ocupa lugar de pro. É provável que os negociadores brasileiros tomem como termo de referência as cláusulas do acordo firmado com o México, adequando-as à realidade brasileira.

Embora sabendo que as negociações com os banqueiros serão ár-

duas, pode-se prever que antes do Natal se chegará a um acordo com os representantes dos bancos no comitê de assessoramento. A partir de janeiro, será possível enviar telex a todos os bancos credores, solicitando seu pronunciamento sobre o acordo. Como não serão pedidos novos recursos, é possível que a resposta dos credores não tarde e, deste modo, se venha a assinar em fins de fevereiro ou no início de março o acordo de renegociação. O futuro governo certamente estará empenhado em acelerar essa tramitação e o atual cuidará de evitar o vencimento de obrigações que a renegociação deverá postergar.

Neste processo de renegociação da dívida externa, há um aspecto político que não se deve esquecer e, naturalmente, não fica à mostra, embora concorra para arrochar o cronograma. É claro que o presente governo poderia ter discutido apenas por um ano a renegociação e deixado ao governo vindouro o encargo de retomar mais tarde a renegociação pluri-anual. A nosso ver, convém ao País aproveitar a situação, bastante favorável, para iniciar um processo pluri-anual, que evitará que se torne a sofrer o desgaste de espinhosas negociações anuais.